Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1 (b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Outros assuntos Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 27 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC/2SP000160/O-5//F",BA

Felipe Edmond Ayoub

Contador CRC 1\$P187402/O-4 "S" BA

Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Ō	Controladora	٥	Consolidado		Co	Controladora	ŏ	Consolidado
Ativo	2011	2010	2011	2010	Passivo e patrimônio líquido	2011	2010	2011	2010
Circulante Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) Contas a receber de clientes (Nota 5)	3.797 53.257	4.329 30.063	18.884 64.718	6.639 35.023	Circulante Fornecedores Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	13.908 6.737	21.456 4.375	17.228 12.972	24.204 6.816
Dividendos a receber (Nota 9 (ii)) Estoques (Nota 6) Tributos a recuperar (Nota 7) Outros ativos	15.812 80.977 1.767 5.112	2.560 69.363 2.187 4.254	136.216 1.869 2.768	118.796 3.650 1.959	Salários e encargos sociais Impostos, taxas e contribuições (Nota 13) Partes relacionadas (Nota 19) Dividendos a pagar (Nota 17(g))	12.993 3.382 52.020 7.440	10.955 2.175 45.395 4.475	14.932 9.113 27.724 7.440	12.538 4.058 33.278 4.475
	160.722	112.756	224.455	166.067	Provisão para passivos ambientais (Nota 15) Outros passivos	614 4.187	500 4.370	614 4.277	500 4.497
Não circulante Realizável a longo prazo Tributos a recuperar (Nota 7)	692	969	1.070	922	Não circulante	101.281	93.701	94.300	90.366
Imposto de renda e contribuiçao social diferidos (Nota 8) Denósitos indiciais	24.395	26.657	33.920	31.591	Fornecedores Fmoréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.211	1.211	1.211	1.211
Outros ativos	1.459	1.730	1.459	2.139	Impostos, taxas e contribuições (Nota 13)	6.987		6.987	92
	26.546	29.240	37.373	35.532	Provisão para recuperação da mina (Nota 16) Provisão para contingências (Nota 14) Provisão para passivos ambientais (Nota 15)	2.361	3.251 1.717	17.636 2.867 1.000	16.560 3.694 1.717
(O ctol() cotacomitocuri	100 751	100 000			Total do passivo	11.771	6.179	29.954	23.258
Investinentes (190a 9) Imobilizado (Nota 10) Intangível (Nota 11)	169.703 1.920	182.987 2.346	236.096 1.920	259.417 2.346	Patrimônio líquido (Nota 17) Capital social	162.505	162.505	162.505	162.505
	327.920	336.862	275.389	297.295	Reservas de capital Reservas de lucros	180.731 32.354	180./31 6.502	32.354	180.731 6.502
						375.590	349.738	375.590	349.738
Total do ativo	488.642	449.618	499.844	463.362	Total do passivo e do patrimônio líquido	488.642	449.618	499.844	463.362

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Operações continuadas Receitas (Nota 20) Custo das vendas	301.616 (263.272)	238.044 (237.136)	381.413 (294.863)	283.181 (265.375)
Lucro bruto Despesa com vendas Despesas gerais e administrativas Honorários da administração (Nota 19) Outras despesas, líquidas (Notas 13 (iii) e 10)	38.344 (6.381) (15.086) (1.047) (6.106)	908 (7.221) (16.114) (1.510) (8.385)	86.550 (16.505) (17.358) (1.047) (6.009)	17.806 (15.385) (17.576) (1.510) (8.241)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	9.724	(32.322)	45.631	(24.906)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 22)	(4.858)	(1.150)	(4.483)	(1.745)
Equivalência patrimonial (Nota 9)	33.003	6.550		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social (Nota 18) Corrente Diferido	37.869 (2.797) (2.262)	(26.922)	41.148 (10.666) 2.328	(26.651) (931) 660
Lucro líquido (prejuízo) do exercício Atribuível a acionistas da Companhia	32.810	(26.922)	32.810	(26.922)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares – Nota 17)	2.321.500	2.321.500		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício – R\$	14,13	(11,60)		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

										Atribuível aos acionistas	cionistas
			Reser	Reservas de capital				Reserv	Reservas de lucros		
						_	Estatutárias				
	Capital Social	Agio na Capital integralização de Social ações	Correção monetária especial	Incentivos fiscais	Legal	Especial para dividendos	Para aumento de capital	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	162.505	22.791	21.633	136.307	16.195		16.328				375.759
Prejuízo do exercício					(10 594)		(16 328)			(26.922)	(26.922)
Dividendos prescritos (Nota 17 (g)) Reversão de dividendos (Nota 17 (d)) Dividendos propostos (Nota 17 (d))					(100.01)	149 4.898 (4.146)	(050:01)			776.07	149 4.898 (4.146)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	162.505	22.791	21.633	136.307	5.601	901					349.738
Lucro líquido do exercício Dividendos prescritos (Nata 17(a))						74				32.810	32.810
Dividendos propostos (Nota 17 (g)) Constituição de reservas (Notas 17 (c)(e) (f))					1.640		18.378	3.042	2.718	(9.750) (23.060)	(7.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	162.505	22.791	21.633	136.307	7.241	975	18.378	3.042	2.718		375.590

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

<u>.</u>	Co	ntroladora	c	onsolidado
<u>.</u>	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	37.869	(26.922)	41.148	(26.651)
Ajustes Depreciação e amortização (Notas 10 e 11) Resultado da equivalência patrimonial (Nota 9) Variações monetárias, líquidas Valor residual de ativo imobilizado baixado (Nota 10) Provisões (reversões) de parcelamento, contingências e outras, líquidas	30.129 (33.003) 3.967 1.822 6.860	31.242 (6.550) 4.831 13.750 (1.428)	41.675 3.967 2.473 7.999	43.636 663 14.122 (1.428)
	9.775	41.845	56.114	56.993
Variações nos ativos e passivos Contas a receber de clientes Estoques Fornecedores Outros ativos e passivos	(23.194) (11.614) (7.548) 8.927	1.861 (11.418) (13.480) 12.246	(29.695) (17.420) (6.976) 3.512	949 (19.536) (12.812) 9.012
Caixa proveniente das operações	14.215	4.132	46.683	7.955
Juros pagos Imposto de renda e contribuição social pagos	(84) (2.574)	(1.687) (442)	(101) (6.651)	(1.687) (1.729)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	11.557	2.003	39.931	4.539
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 10) Dividendos recebidos	(18.241) 12.289	(14.900) 4.611	(20.401)	(17.952)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.952)	(10.289)	(20.401)	(17.952)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos Dividendos pagos Pagamento de parcelamento fiscal Ingressos de empréstimos e financiamentos Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.993) (281) 18.249 (20.112)	(6.944) 50.644 (37.387)	(3.993) (281) 17.144 (20.155)	(6.944) 50.644 (37.387)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(6.137)	6.313	(7.285)	6.313
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(532)	(1.973)	12.245	(7.100)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.329	6.302	6.639	13.739
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.797	4.329	18.884	6.639

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Receitas Vendas brutas de produtos Outras receitas	362.912 2.936	294.758 12.981	457.739 3.112	349.588 13.141
	365.848	307.739	460.851	362.729
Insumos adquiridos de terceiros	(192.589)	(190.150)	(207.284)	(203.143)
Valor adicionado bruto	173.259	117.589	253.567	159.586
Depreciação, amortização e exaustão	(30.129)	(31.242)	(41.249)	(43.636)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	143.130	86.347	212.318	115.950
Valor adicionado recebido em transferência Resultado da equivalência patrimonial Receitas financeiras Outras receitas	33.003 792 57	6.550 1.085	1.484 57	984
Valor adicionado total a distribuir	176.982	93.982	213.859	116.934
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos Salários e encargos Outros benefícios Fundo de garantia por tempo de serviço	63.253 46.824 12.997 3.432	56.189 41.984 11.486 2.719	75.245 54.392 16.856 3.997	64.537 46.251 15.114 3.172
Impostos, taxas e contribuições Federais Estaduais Municipais	72.786 42.562 29.685 539	60.971 31.871 28.598 502	95.281 55.380 37.480 2.421	72.507 37.823 34.158 526
Financiadores Juros e variações cambiais Aluguéis Outras	8.133 5.650 1.486 997	3.744 2.235 1.747 (238)	10.523 5.967 3.559 997	6.812 3.238 3.672 (98)
Dividendos distribuídos Dividendo adicional proposto Lucros retidos (prejuízo) do exercício	7.032 2.718 23.060	(26.922)	7.032 2.718 23.060	(26.922)
Valor adicionado distribuído	176.982	93.982	213.859	116.934

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari - BA, controladora integral da Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda. ("Millennium Mineração" ou "Controlada"), com sede em Mataraca - PB. A Companhia tem por objeto a produção e o comércio de produtos químicos, especialmente ácido sulfúrico e pigmento branco de titânio e seus subprodutos; a produção, a industrialização e o comércio de matérias-primas aplicadas ou não em sua própria produção, inclusive a produção, a industrialização e o comércio de minérios em geral, especialmente rutilo, ilmenita e zirconita, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação; a importação e a exportação de matérias-primas e de produtos industrializados acabados; a participação no capital de outras sociedades, relacionadas ou não com seus objetivos e o exercício de atividades relacionadas com a execução de seus objetivos.

A National Titanium Dioxide Company Ltd. ("Cristal") é possuidora indireta de 804.729.760 ações ordinárias e 858.553.315 ações preferenciais de emissão da Companhia, que representam mais de 99% do capital votante e 71,65% do capital total da Companhia.

A Cristal, controladora indireta da Companhia, apresentou à CVM, em 16 de dezembro de 2010, novo pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") por alienação do controle indireto da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM no. 361/02.

O objeto da OPA corresponde às 7.942.076 (sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, setenta e seis) ações ordinárias, em circulação no mercado, de emissão da Companhia, equivalentes a 0,98% do total das ações ordinárias, na medida em que estejam livres e desembaraçadas de ônus ou gravames de qualquer natureza, na data de liquidação financeira do leilão a ser realizado no âmbito da OPA. A CVM aprovou a oferta pública em 25 de maio de 2010, para a aquisição parcial de 18.197 ações ao preço de 0,20 que perfazem um total de R\$ 3.639,40 (em Reais).

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para divulgação pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards (IFRS*)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB*).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

(c) Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Perda (impairment) estimada de ativos não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo não financeiro ou grupo de ativos não financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos não financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo não financeiro ou grupo de ativos não financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para ativos não financeiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia reconheceu provisão para *impairment* de uma unidade geradora de caixa no montante de R\$ 10.038, registrados na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, no resultado do exercício.

A vida útil é revisada anualmente pela Companhia, cuja análise, efetuada em 31 de dezembro de 2011, não indicou a necessidade de mudança em relação ao praticado em 2010.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Imposto diferido de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, bem como sobre as diferenças temporárias de apuração dos impostos.

(iii) Provisão para causas judiciais

A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 14. A Companhia provisiona os valores relacionados às causas judiciais em que suas chances de perda, de acordo com a avaliação de seus assessores externos, são prováveis. A administração da Companhia acredita que suas avaliações, baseada na opinião dos assessores externos, são apropriadas e razoáveis, embora possa diferir dos resultados efetivos, quando apurados.

(iv) Provisão para passivos ambientais e para recuperação da mina

Conforme Notas n° 15 e 16, a Companhia constituiu provisão para passivos ambientais e para a recuperação da mina, considerando as estimativas de desembolsos, com base em estudos efetuados.

A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas a recuperação de áreas degradadas em torno de sua fábrica e os custos de encerramento da mina como uma prática contábil crítica por envolver valores relevantes de provisão, bem como de se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

(v) Incentivos fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais da Bahia e da Paraíba. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados na avaliação se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A Companhia não possui coligadas em 31 de dezembro de 2011.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com a visão de negócio da Diretoria-Executiva, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Vide Nota 25 para obter maiores detalhes sobre as informações por segmentos.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras (Nota 4).

As aplicações financeiras, incluídas no caixa e equivalentes de caixa, estão registradas aos seus valores de mercado. Esses ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente, com insignificante risco de mudança de valor. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante, face sua liquidez imediata e ausência de restrição de resgate. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro", no período em que ocorrem.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante (Depósitos bancários de curto prazo – Nota 4).

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o "Contas a receber de clientes" (Nota 5), "Dividendos a receber (Nota 9 (ii)), depósitos judiciais (Nota 14) e "Caixa e equivalentes de caixa" (Recursos em banco e em caixa – Nota 4).

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada data de balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado, após a avaliação efetuada em 2011 não se observou necessidade realização de impairment. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou os níveis de deterioração dos seus ativos, não identificando a necessidade de realização de impairment para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas a valor justo e avaliadas pelo seu valor líquido de realização. A provisão para devedores duvidosos é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.9 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor justo efetivamente depositado judicialmente, acrescido das respectivas atualizações financeiras pela SELIC até a data do encerramento do exercício.

2.10 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

2.11 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
_ 110	
Edificações	20
Máquinas	10
Veículos	4
Móveis, utensílios	10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que este último (Nota 10).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia optou pela isenção da adoção do deemed cost (custo atribuído), por entender que os valores do seu ativo imobilizado estão próximos dos respectivos valores justos.

Em 2010, a Companhia revisou sua base de estimativas de vida útil para seus ativos imobilizados, o que resultou de uma maneira geral no aumento das taxas de depreciação utilizadas, devido à redução da vida útil econômica dos ativos.

Para fins desta análise, os especialistas internos emitiram um laudo de avaliação, considerando o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, os dados históricos, a experiência do grupo globalmente e o plano de manutenção e utilização dos itens do ativo.

Não foram atribuídos valores residuais, uma vez que devido às suas características e forma de utilização esses ativos quando realizados por venda possuem valores irrelevantes.

A nova vida útil estimada foi aplicada prospectivamente a partir 1º de janeiro de 2010, baseando-se nos saldos líquidos dos itens do ativo imobilizado da Companhia. Como resultado da alteração da vida útil estimada dos ativos, os encargos de depreciação reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram aumentados em R\$ 17.625, quando comparados com aqueles que seriam registrados pelos critérios anteriores.

2.12 Intangível

Demonstrado por gastos com aquisição de contrato de direito de uso de aterro que gerarão benefícios futuros a Companhia, capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 11.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisão

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levandose em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

A Companhia goza de incentivos fiscais redução de 75% relacionados ao imposto de renda. A Companhia apurou redução do imposto de renda sobre o lucro da exploração em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 3.042 e R\$10.501, controladora e consolidado, respectivamente.

2.18 Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Beneficio pós-emprego

A Companhia firmou contrato do Plano de Previdência Complementar Empresarial – Flexprev Millennium, com o Itaú Previdência e Seguros S.A. – Itauprev em 10. de dezembro de 2001, que oferece aos empregados da Companhia o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL.

Por ser um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou e concluiu não haver efeitos relevantes decorrentes da aplicação das disposições previstas na Deliberação CVM nº 371/00.

(b) Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores foram calculados com base no acordo negociado com os empregados, conforme regido pela Lei nº10.101, de 19 dezembro de 2000 (Nota 19 (d)).

A participação dos administradores no resultado é provisionada com base metas globais, apurada de acordo com os resultados do negócio global e metas locais, vinculadas ao cumprimento de orçamento operacional. Estes valores estão sujeitos à aprovação do conselho de administração da Companhia (Nota 19 (d)).

2.20 Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A proposição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto e somente é provisionado na data em que aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro, descritas abaixo, que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(a) Risco cambial

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense. As receitas de vendas de dióxido de titânio da Controladora para o mercado externo, representaram 5,18% e 1,01%, respectivamente do total das receitas de vendas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as compras de matéria-prima com preços atrelados à cotação de moedas estrangeiras representam, aproximadamente, 32,40% (2010 – 27,57%) do custo de produção.

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local) , que reduzam valores nominais faturados. A companhia opta por não efetuar operações de proteção cambial "hedge", já que entende que existe um hedge parcial entre as suas operações de compra de matérias-primas também cotadas em moeda norte americana .

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de clientes, fornecedores no exterior e empréstimos e financiamentos cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Con	troladora	Co	nsolidado
	2011	2010	2011	2010
Clientes no exterior Fornecedores no exterior Partes relacionadas	4.388 (400) (27.724)	2.201 (6.268) (33.278)	4.394 (400) (27.724)	2.207 (6.293) (33.278)
	(23.736)	(37.345)	(23.730)	(37.364)

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguiranalisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

		Controladora
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2011		
Fornecedores	13.908	1.211
Empréstimos e financiamentos	6.737	212
Empréstimos / Fornecedores – Partes relacionadas	52.020	
Em 31 de dezembro de 2010		
Fornecedores	21.456	1.211
Empréstimos e financiamentos	4.375	
Empréstimos / Fornecedores – Partes relacionadas	45.395	
		Consolidado
·	Menos de um ano	Consolidado Entre um e dois anos
Em 21 de dezembro de 2011		Entre um e
Em 31 de dezembro de 2011 Fornecedores	umano	Entre um e
		Entre um e dois anos
Fornecedores	um ano 17.228	Entre um e dois anos
Fornecedores Empréstimos e financiamentos	17.228 12.972	Entre um e dois anos
Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Fornecedores – Partes relacionadas	17.228 12.972	Entre um e dois anos
Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Fornecedores – Partes relacionadas Em 31 de dezembro de 2010	17.228 12.972 27.724	Entre um e dois anos 1.211 253

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2011, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). A análise de sensibilidade supracitada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Canário provával (I)

	Cenario provavei (1)			
Instrumento/operação	Descrição	Efeito	Cenário II	Cenário III
Contas a receber - clientes no	Valorização (desvalorização) de 10%	439/(439)	549/(549)	659/(659)
	Valorização (desvalorização)			03, 1 031
Empréstimos e financiamentos Fornecedor	de 10% Valorização (desvalorização)	(4.095)/4.095	(5.119)/5.119	(6.143)/6.143
	de 10%	(40)/40	(50)/50	(60)/60
	Efeito total líquido	(3.696)/3.696	(4.620)/4.620	(5.544)/5.544

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Durante 2011, a estratégia da Companhia foi de manter o índice de alavancagem baixo (por volta de 10%). Isto é possível, especialmente por meio da geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a empresa reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	2011	2010
Total dos empréstimos (Notas 12 e 19) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	39.486 (18.884)	40.094 (6.639)
Dívida líquida	20.602	33.455
Total do patrimônio líquido	375.590	349.738
Total do capital	396.192	383.193
Índice de alavancagem financeira - %	5%	9%

O capital é administrado ao nível consolidado.

3.2 Instrumentos financeiros por categoria

		C	onsolidado
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011			
Contas a receber de clientes	64.718		64.718
Depósitos judiciais	4.493		4.493
Caixa e equivalentes de caixa	4.273	14.611	18.884
	73.484	14.611	88.095
31 de dezembro de 2010			
Contas a receber de clientes	35.023		35.023
Depósitos judiciais	1.912		1.912
Caixa e equivalentes de caixa	6.600	39	6.639
	43.535	39	43.574

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Con	solidado
	passivos anceiros
2011	2010
13.225	6.816
26.261	41.080 31.991
 -	1.650 81.537
	Outros fin 2011 13.225 38.017

(i) Composto por Fornecedores, Salários e encargos sociais e Impostos, taxas e contribuições.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Co	Controladora		solidado	
	2011	2010	2011	2010	
Recursos em banco e em caixa Depósitos bancários de curto prazo	3.761 36	4.329	4.273 14.611	6.600 39	
	3.797	4.329	18.884	6.639	

Os depósitos bancários de curto prazo são instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, e referem-se na sua maioria a aplicações Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com liquidez imediata, renda fixa, em moeda nacional, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI").

5 Contas a receber de clientes

-	Controladora		Co	<u>nsolidado</u>
<u>-</u>	2011	2010	2011	2010
Mercado interno Mercado externo (em USD) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.476 4.388 (607)	28.442 2.201 (580)	61.258 4.394 (934)	33.723 2.207 (907)
_	53.257	30.063	64.718	35.023

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui contas a receber vencidas em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 1.373 controladora e R\$ 1.720 consolidado, respectivamente (2010 – R\$ 653 e R\$ 997, controladora e consolidado, respectivamente). Esses créditos estão sendo negociados e recebidos de forma gradativa, e com base nos conhecimentos dos negócios, a administração não espera perdas adicionais em relação à provisão já constituída.

Os saldos de contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Co	Controladora		solidado	
	2011	2010	2011	2010	
A vencer Vencidas:	52.491	29.990	63.932	34.933	
Até 30 dias Acima de 30 dias	766 607	64 589	786 934	64 933	
	53.864	30.643	65.652	35.930	

6 Estoques

	Co	Controladora		onsolidado
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados	45.961	27.326	55.010	39.043
Produtos em elaboração	5.379	10.425	47.163	43.655
Matérias-primas	13.513	17.668	14.307	18.007
Importações em andamento	1.195	13	1.195	1.116
Materiais de suprimento	16.223	14.923	19.835	17.967
Provisão para desvalorização e perdas	(1.294)	(992)	(1.294)	(992)
	80.977	69.363	136.216	118.796

O custo dos estoques reconhecidos no resultado do exercício e incluídos em "Custo das vendas" totalizou R\$ 263.272 e R\$ 294.863, controladora e consolidado, respectivamente (2010 - R\$ 237.136 eR\$ 265.375, controladora e consolidado, respectivamente).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Cc	<u>onsolidado</u>
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		615		668
ICMS	2.066	1.641	2.528	2.001
IPI	138	185	138	185
Outros	255	442	273	1.718
Total	2.459	2.883	2.939	4.572
Circulante	(1.767)	(2.187)	(1.869)	(3.650)
Não circulante (i)	692	696	1.070	922

(i) A Companhia possui saldo de ICMS acumulado ao longo dos últimos exercícios no ativo não circulante, proveniente, das aquisições de ativo imobilizado. Considerando a norma fiscal, que limita a realização no curto prazo de créditos de ICMS na aquisição de bens do ativo imobilizado e a projeção da Companhia quanto ao prazo de realização dos demais créditos, em 31 de dezembro de 2011, o montante registrado no longo prazo era de R\$692 e R\$1.070, controladora e consolidado, respectivamente (2010 – R\$696 e R\$922 controladora e consolidado, respectivamente), referente ao ICMS diferido quando das aquisições de máquinas e equipamentos.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados em 31 de dezembro de 2011 totalizam R\$37.296, no entanto, com base na Instrução CVM 371, mantém registrado o montante de R\$24.395 (consolidado – R\$ 33.920), tendo em vista o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributários. A administração vem monitorando a evolução desses créditos e com base no estudo técnico de viabilidade, espera recuperar os valores registrados contabilmente no prazo máximo de até dez anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa da administração da Companhia baseada nas projeções de rentabilidade do negócio, atualizadas para 31 de dezembro de 2011, quanto à realização total dos referidos créditos fiscais registrados contabilmente, pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
Ano		
2012	1.622	2.924
2013	793	1.603
2014	504	1.297
2015	1.496	2.289
2016	2.982	3.775
2017 até 2021	16.998	22.032
Total	24.395	33.920

A Controladora reduziu o seu ativo fiscal diferido em 2011 no montante de R\$ 2.262 (Nota 18 (a)), o qual foi utilizado na compensação de lucros tributáveis, bem como utilizou créditos de prejuízos fiscais não registrados contabilmente de R\$7.659 na compensação de valores no parcelamento (Nota 13(iii)).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estima que os impostos serão efetivamente realizados pela compensação/exclusão com lucros tributáveis futuros, principalmente quando da materialização das provisões e da expectativa de rentabilidade projetada no plano de negócios.

9 Investimentos

	C	<u>ontroladora</u>
	2011	2010
Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda. (ii)	129.751	122.289

(i) Kemwater Brasil S.A. – Sociedade coligada

Em 10 de março de 2011, foi assinado o distrato do investimento na Kemwater, através do qual, a Companhia transferiu sua participação total de 32,54% para a Kemira Kemi AB ("Kemira"). Consequentemente, pela alienação da participação societária, a Companhia assumiu indenizações a pagar a Kemira de R\$ 1.000, já liquidada através de compensação com mútuo ativo e pagamentos, e valores a serem pagos com fornecimento futuro de ácido sulfúrico, liquidados durante o exercício de 2011.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda. – Sociedade controlada

	2011	2010
Capital social	111.950	111.950
Quantidade de ações possuídas (em milhares)	11.195	11.195
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido ajustado em 31/12/2011	129.751	122.289
Ativos	183.761	153.322
Passivos	54.010	31.033
Lucro líquido do exercício	33.003	6.550
Incentivo fiscal – Imposto de renda (Nota 18 (c))	7.459	1.027
Juros sobre capital próprio/Dividendos (Nota 19 (b))	(25.541)	(6.218)

A Companhia possui dividendos a receber em 31 de dezembro de 2011 da Millennium Mineração no montante de R\$ 15.812 (2010 – R\$ 2.560).

(iii) Movimentação dos investimentos

	2011	2010
Saldo no início do exercício Equivalência patrimonial Dividendos	122.289 33.003 (25.541)	121.957 6.550 (6.218)
Saldo no final do exercício	129.751	122.289

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

						Cont	roladora
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Outros	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2009 Aquisições Baixas, líquidas Depreciação Transferência entre ativos	1.017	49.057 54 (800) (4.561)	93.730 2.735 (7.074) (15.830) 7.836	58.532 656 (4.111) (10.015) 2.516	4.385 1.931 (157) (409) (1.483)	5.931 9.524 (1.608) (8.869)	212.652 14.900 (13.750) (30.815)
Em 31 de dezembro de 2010	1.017	43.750	81.397	47.578	4.267	4.978	182.987
Custo total Depreciação acumulada	1.017	91.769 (48.019)	218.670 (137.273)	136.684 (89.106)	13.221 (8.954)		466.339 (283.352)
Valor residual	1.017	43.750	81.397	47.578	4.267	4.978	182.987
Em 31 de dezembro de 2010 Aquisições Baixas, líquidas Depreciação Transferência entre ativos	1.017	43.750 57 (4.512) 527	81.397 999 (169) (14.885) 8.436	47.578 339 (50) (9.644) 1.514	4.267 4.243 (445) (662) (1.617)	4.978 12.603 (1.158) (8.860)	182.987 18.241 (1.822) (29.703)
Em 31 de dezembro de 2011	1.017	39.822	75.778	39.737	5.786	7.563	169.703
Custo total Depreciação acumulada	1.017	92.354 (52.532)	227.935 (152.157)	138.488 (98.751)	15.398 (9.612)	, , ,	482.755 (313.052)
Valor residual	1.017	39.822	75.778	39.737	5.786	7.563	169.703
Taxas anuais de depreciação - %		5	10	10	5 a 25		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Co	nsolidado
	Terrenos E	dificações	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Ou tros a	Obras em indamento	Total
Em 31 de dezembro de 2009 Aquisições Baixas, líquidas Depreciação Transferência entre ativos	4.426	58.367 63 (800) (5.398)	138.977 3.118 (7.042) (22.879) 8.877	81.211 684 (4.113) (13.406) 2.556	2.755 (310) (1.526)	6.399 11.332 (1.857) (9.903)	298.796 17.952 (14.122) (43.209)
Em 31 de dezembro de 2010	4.426	52.232	121.051	66.932	8.805	5.971	259.417
Custo total Depreciação acumulada	4.426	108.522 (56.290)	293.869 (172.818)	171.984 (105.052)		5.971	611.306 (351.889)
Valor residual	4.426	52.232	121.051	66.932	8.805	5.971	259.417
Em 31 de dezembro de 2010 Aquisições Baixas, líquidas Depreciação Transferência entre ativos	4.426	52.232 63 (5.350) 527	121.051 1436 (232) (21.688) 8.999	66.932 348 (51) (12.899) 1.604	5.012 (482)	5.971 13.542 (1.708) (9.489)	259.417 20.401 (2.473) (41.249)
Em 31 de dezembro de 2011	4.426	47.472	109.566	55.934	10.382	8.316	236.096
Custo total Depreciação acumulada	4.426	109.113 (61.641)	303.325 (193.759)	173.888 (117.954)		8.316	628.129 (392.033)
Valor residual Taxas anuais de depreciação - %	4.426	47.472 5	109.566 10	55.934 10	10.382 5 a 25	8.316	236.096

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 28.685 (2010 - R\$ <math>29.459) e as despesas, R\$ 1.018 (2010 - R\$ <math>1.356) na controladora e R\$ 39.695 (2010 - R\$ <math>41.599) e R\$ 1.554 (2010 - R\$ <math>1.610) no consolidado, respectivamente.

Certos bens do ativo imobilizado estão garantindo pagamentos de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota 14 (e)).

A Companhia efetuou em 2011 a baixa pela venda de ativos imobilizados, cujo resultado líquido foi uma perda de R\$ 196, registrado na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, no resultado do exercício, não havendo perdas ou ganhos registrados em 2010.

Em 2010, a Companhia registrou provisão para perda por impairment de uma unidade geradora de caixa no montante de R\$ 10.038, registrados na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, no resultado do exercício e na linha de baixa líquida, no mapa de movimentação do imobilizado desta nota. A despesa de *impairment* originou-se da planta de àcido sulfúrico, que a Companhia possui em Camaçari-BA. Por encontrar-se paralisada e não haver perspectivas de reativação por questões estratégicas, atenta a essa necessidade, a administração, suportada por laudo de especialista independente, efetuou o cálculo do valor de impairment com base no valor justo, líquido das despesas de vendas, conforme segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor de venda (justo), líquido das despesas	1.700
Valor contábil, líquido de depreciação	(11.738)
Provisão para perda de impairment	(10.038)
rovisuo puru peruu de imparment	(10:050)

Em 31 de dezembro de 2011, as obras em andamento referem-se basicamente a projetos de melhoria da planta industrial (substituição de tanques e agitadores, adição de calcinador químico, melhoria do tanque de alimentação da sulfatação, sistema de polimento de água e melhoria de equipamentos), cujos prazos de encerramento médios estão previstos para o ano de 2012.

O custo de recuperação de mina, líquido de exaustão, no valor de R\$ 2.830 (2010 – R\$ 2.920), está incluído na rubrica "Outros" e representa o montante estimado dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de lavra (Nota 16). A exaustão deste custo é calculada com base no tempo estimado de exploração da mina, cujo término é previsto para o ano de 2019.

O parque industrial da Companhia está em plena capacidade de funcionamento, com perspectiva de continuidade a longo prazo, exceto pelo impairment da planta de ácido sulfúrico.

11 Intangível

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	Direito de	Direito de uso de aterro		
	2011	2010		
Saldo no início do exercício Amortização	2.346 (426)	2.773 (427)		
Saldo no final do exercício	1.920	2.346		
Taxa anual de amortização - %	10%	10%		

A amortização do exercício é toda alocada ao custo de produção.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e financiamentos

	ControladoraC		Controladora		onsolidado	
	Encargos financeiros anuais	2011	2010	2011	2010	
<u>Moeda nacional – R\$</u> Vendor	100% a 107% CDI	6.205	4.375	12.341	6.816	
Arrendamento mercantil	16,02% _	744		884		
Total		6.949	4.375	13.225	6.816	
Circulante	_	(6.737)	(4.375)	(12.972)	(6.816)	
Não circulante	_	212		253		

Os empréstimos e financiamentos de capital de giro foram realizados para pagamento de importação de matéria-prima e possuem vencimentos no curto prazo.

A Companhia possui operações de "Vendor" contratadas, com taxas de juros que variam entre 100% e 107% do CDI, e prazos entre 60 a 90 dias.

Como garantia para as operações de vendor, a Companhia ofereceu as respectivas contas a receber no montante de R\$ 6.205 e R\$ 13.341, controladora e consolidado, respectivamente (2010 – R\$ 4.375 e R\$ 6.816, controladora e consolidado respectivamente).

13 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ICMS a recolher (i) PIS e COFINS a recolher Imposto de renda retido na fonte – IRRF CFEM (ii) Parcelamento tributos federais (iii) Outros Total	1.205 581 766 7.469 348 10,369	880 326 835 134 2.175	1.858 1.041 839 265 7.469 4.628	1.223 326 909 269 1.407 4.134
Circulante	(3.382)	(2.175)	(9.113)	(4.058)
Não circulante	6.987		6.987	76

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Incentivos fiscais de ICMS

(a) ICMS – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei no. 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R\$ 701, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. Sobre o saldo devedor postergado incidem encargos financeiros equivalentes 85% da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP ao ano, em caso de antecipação dos valores devidos, a Companhia poderá receber um desconto de até 80% do saldo do ICMS cujo prazo de pagamento foi dilatado. No ano de 2010, as parcelas dilatadas vincendas em 2011 foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R\$ 5.542, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Não houve antecipações em 2011.

O valor do benefício fiscal relativo a este incentivo, no ano de 2011, foi de R\$ 5.542 e totalizou R\$ 31.815 nos últimos 5 anos.

(b) ICMS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN

O Estado da Paraíba, através do Decreto no. 17.252/1994 constituiu o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, que tem por finalidade a concessão de incentivos para investimento industrial no Estado. A Controlada, através da Resolução 014/2001 se enquadrou no programa e hoje goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o valor deste incentivo foi de R\$ 3.823 (2010 – R\$ 2.019) e está contabilizado no resultado do exercício, como redutora na rubrica Impostos incidentes sobre vendas.

O valor do benefício fiscal relativo a este incentivo, no ano de 2011, foi de R\$ 3.823 e totalizou R\$ 12.984 nos últimos 5 anos.

(ii) CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

Refere-se ao parcelamento da CFEM devida, referente ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1997, cujos saldos são atualizados pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR. O seu início ocorreu em junho de 1998 e a sua finalização deverá ocorrer em prazo não superior a 31 de dezembro de 2012.

(iii) Parcelamento de tributos federais

A Companhia manifestou adesão ao parcelamento previsto na Lei 11.941, e em 2011 houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destacam-se: i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; iii) a possibilidade de utilização do saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro na liquidação das multas e juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na análise das perspectivas de êxito das ações judiciais e processos administrativos, bem como, no planejamento financeiro da Companhia, foram incluídos neste parcelamento, execução fiscal de Finsocial em discussão judicial, que exigia onerosas garantias para a Companhia, bem como tributos previdenciários e federais em discussão, conforme abaixo:

Resumo de consolidação:

Finsocial - Execução fiscal Tributos previdenciários Outros tributos federais Redução / desconto na consolidação Compensação com prejuízos fiscais (Nota 8)	13.190 3.519 2.769 (5.376) (7.659)
Valor consolidado	6.443
Atualizações no período Amortizações no período	1.307 (281)
Total	7.469
Não circulante	(6.987)
Circulante	482

Os efeitos líquidos do parcelamento foram reconhecidos em "Outras despesas líquidas".

A Administração da Companhia optou pelo prazo de parcelamento em 180 meses.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Provisão para contingências

(a) Processos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia discute judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defende de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas Cíveis Previdenciárias e fiscais	5.662 250	3.705 578	5.759 677	3.705 443 578
	5.912	4.283	6.436	4.726
(-) Depósitos judiciais relacionados às provisões	(3.551)	(1.032)	(3.569)	(1.032)
Total	2.361	3.251	2.867	3.694

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2011, líquido de depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

			Consolidado
	Saldo no início do exercício	Adições/ Baixas, líquidas	Saldo no final do exercício
Trabalhistas Cíveis Previdenciárias e fiscais	3.705 443 578	2.054 234 (578)	5.759 677
Depósitos judiciais	(1.032)	(2.537)	(3.569)
Total	3.694	(827)	2.867

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cíveis e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pelos seus assessores jurídicos externos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

		Consolidado
	2011	2010
Trabalhistas (d) Cíveis Previdenciárias e fiscais (c) e (e)	5.759 677 63.544	7.500 774 54.930
	69.980	63.204

(b) Cláusula quarta

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei no. 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados da Companhia e aos das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 10. de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002, foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Presentemente, aguarda-se a conclusão do julgamento pelo STF de novos embargos de declaração, desta vez interpostos pelo Sindicato Profissional, em 21 de março de 2003, com vistas a obter a prevalência da Cláusula Quarta. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que há possibilidade de manutenção da invalidade da Cláusula Quarta, não obstante já terem sido proferidos dois votos favoráveis ao recurso do Sindicato Profissional. Adicionalmente, a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida pelo Sindicato dos Profissional.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entendendo que o desfecho da ação será favorável aos interesses do Sindicato Patronal, não registrou provisão para perda em relação a esta causa. Os valores envolvidos não foram divulgados considerando a impossibilidade de mensurá-los.

(c) Auto de Infração de ICMS

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, em fiscalização regular iniciada a partir de abril de 2004, lavrou diversos Autos de Infração contra a Companhia, que até 31 de março de 2011, os respectivos processos vinham sendo considerados como possíveis de perda pelos assessores jurídicos da Companhia, e conseqüentemente, não havia provisão para perda constituída.

Em função dos dispositivos da Lei Estadual 11.908, de 4 de maio de 2011, a administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos, fizeram uma reavaliação quanto às possibilidades de êxito das demandas jurídicas relacionadas aos Autos de Infração 206955.0016/05-6, 206955.0001/07-5 e 269205.4004/08-8, em conjunto com as vantagens financeiras oferecidas pela lei estadual, e decidiram por liquidar os processos e efetuar o pagamento à vista, no montante de R\$ 3.982, com desconto de 100% de multa de ofício e juros de mora, que gerou uma despesa apropriada ao resultado do exercício, na rubrica de Outras despesas operacionais, liquidas, no mesmo montante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a exigência de R\$ 3.657 imposta através do Auto de Infração no. 232900.0030/06-04, lavrado em 14 de dezembro de 2006, relativo às operações realizadas em 2001, 2002 e 2003, versando sobre a utilização de créditos de ICMS em operações de fretes nas transferências de produtos; falta de recolhimento do imposto em operações de remessas de produtos acabados em consignação, insuficiência de recolhimento do imposto na importação de matérias-primas em decorrência de erro na determinação de base de cálculo e falta de recolhimento do imposto em aquisições de matérias-primas sujeitas a deferimento, a Companhia apresentou, tempestivamente, impugnação em 18 de janeiro de 2007. Em 15 de maio de 2007, foi proferida decisão julgando procedente em parte o Auto de Infração, reduzindo o valor em discussão para R\$ 1.717. A Companhia, com base em parecer dos seus consultores jurídicos, não espera perdas relevantes quando do desfecho desse último processo e, consequentemente, não registrou provisão para perdas. No entanto, em 31 de maio de 2011, a Companhia optou pela anistia concedida pelo estado da Bahia através da Lei 11.908/10 e efetuou pagamento parcial desse auto, no valor de R\$ 169, referente as demandas de utilização indevida e crédito fiscal de ICMS relativo a frete de mercadoria em saídas por transferência por preco FOB.

Adicionalmente, a Companhia possui um Auto de Infração, de nº 3.126.579-o, num montante de R\$ 7.900, lavrado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo em virtude do suposto não pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008. Houve decisão em primeira instância administrativa, julgando o auto parcialmente improcedente e reduzindo o montante para R\$ 2.889. Posteriormente foi interposto o recurso para instância administrativa superior. A administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera perdas para esse processo e, portanto, não constituiu provisão em seus registros contábeis em relação a esse assunto.

A controlada possui o Auto de Infração nº 93300008.09.00000870/2008-81, num montante de R\$ 38.000, lavrado pela Secretaria de Estado da Receita do Estado da Paraíba, em razão da transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada, visto que as autoridades fiscais entenderam que neste tipo de operação existe a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS"). Esse Auto de Infração foi julgado procedente na primeira instância administrativa, houve a interposição de Recurso Voluntário perante o Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba, pendente de apreciação. A administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera que o desfecho seja desfavorável à Companhia e, portanto, não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo.

(d) Causas trabalhistas

A Companhia possui diversos processos trabalhistas ajuizados perante a Vara do Trabalho de Camaçari através do qual pleiteiam indenização em função de supostos acidentes ou doenças contraídas no ambiente de trabalho. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desses processos.

(e) Garantias

Como garantias para as contingências acima relacionadas, a Companhia ofereceu itens de seu ativo imobilizado, a título de penhora, no montante de R\$ 13.545.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Provisão para passivos ambientais

A Companhia vem incorrendo em desembolsos relacionados aos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. A Companhia estimou os desembolsos ligados a tais atividades e, em 31 de dezembro de 2011, mantém provisionado o montante de R\$ 1.614(2010 – R\$ 2.217), dos quais R\$ 614 (2010 – R\$ 500) serão pagos no curto prazo. Não houve necessidade de complemento de provisão em 2011.

16 Provisão para recuperação da mina

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais foram capitalizados quando do início das atividades de lavra (Nota 10). A Controlada gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. A Controlada desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra.

Os principais aspectos dessa prática contábil são os seguintes:

- . Os custos com recuperação e reflorestamento da área da mina são registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportar tais gastos;
- . As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa de juros média de mercado para o exercício de 10,5% a.a.
- . As estimativas de custos são revistas anualmente, como também, a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados, em contrapartida do resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2011, a provisão para recuperação e reflorestamento da área da mina é de R\$ 17.636 (2010 – R\$ 16.560). O impacto no resultado de 2011 no montante de R\$ 1.076 (2010 – R\$ 1.432) foi registrado em contrapartida do custo de produção.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia possui capital social autorizado de 2.411.499.770 ações. O capital subscrito e integralizado é representado por 2.321.499.770 ações. A composição do capital social por classe (em número de ações) em 31 de dezembro 2011 e de 2010 é demonstrada a seguir:

 Ações ordinárias
 812.671.840

 Ações preferenciais:
 987.379.050

 Classe "B"
 521.448.880

Total 2.321.499.770

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Do total das ações representativas do capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2011, 617.883.675 ações preferenciais classe "A" e 240.669.640 ações preferenciais classe "B" pertencem a acionistas domiciliados no exterior.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto a:

- Preferenciais classe "A" Gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B", e também na distribuição de bonificações em ações decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social.
- Preferenciais classe "B" Gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais das classes "A" e "B", terão preferência para subscrição de aumento de capital.

As ações da Companhia não são resgatáveis e os respectivos dividendos são distribuídos com base no lucro e/ou limite das reservas de lucros e de acordo com os critérios estabelecidos pelo estatuto da Companhia, sujeito a aprovação da assembleia geral. Em determinadas situações específicas, a Companhia pode determinar pela reversão/não distribuição parcial ou total, conforme já ocorrido em exercícios passados.

(b) Reserva especial – Lei 8.200/91

Contabilizada com base no artigo 20. da Lei no. 8.200, em 28 de junho de 1991, regulamentada pelo decreto no. 332 de 4 de novembro de 1991, essa reserva registra a correção monetária especial do ativo imobilizado e será realizada mediante aumento de capital ou compensação de prejuízos.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base na legislação societária, representando 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% (vinte por cento) do capital.

Em 31 de dezembro de 2011, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.640, representando 5% do lucro do exercício.

(d) Reserva estatutária - Especial para dividendos

Essa reserva tem por objetivo absorver os dividendos obrigatórios não distribuídos, conforme previsto nos parágrafos 40. e 50. do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme assembléia de acionistas de 29 de abril de 2010, foram revertidos da provisão de dividendos, R\$4.898, em função da incompatibilidade do pagamento perante os prejuízos apurados e a situação financeira da Companhia.

(e) Reserva estatutária – Para aumento de capital

Reserva para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 90% (noventa por cento) do lucro líquido do exercício ajustado. O montante dessa reserva não poderá exceder o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

(f) Reserva – Isenção e redução de imposto de renda

Para o lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 18 (b), até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados.

A Companhia optou por manter o saldo dessa reserva até sua completa realização, conforme disposição da lei 11.638/07. A Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 3.042, como reserva de lucros.

(g) Dividendos

Demonstrativo de cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	2011
Lucro líquido da controladora Incentivos fiscais Reserva legal	32.810 (3.042) (1.640)
Base de cálculo	28.128
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.032
Dividendos ações preferenciais classe "A"	(4.147)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos mínimos obrigatórios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 7.032, são demonstrados a seguir:

Quantidade de ações classe "A"	987.379.050
Dividendo – Ações classe "A"	6%
Valor nominal da ação – Lote de mil (Base 2011)	70,00
Provisão para dividendo ações classe "A" – R\$ mil	4.147
Quantidade de ações classe "B"	521.448.880
Provisão para dividendo ações classe "B" – R\$ mil	1.128
Quantidade de ações ordinárias	812.671.840
Provisão para dividendo ações ordinárias – R\$ mil	1.757

Em 31 de dezembro de 2011, os dividendos a pagar incluem o montante proposto de R\$ 7.032, adicionado aos dividendos a pagar de exercícios anteriores de R\$408.

Foram prescritos R\$ 74 (2010 - R\$ 149) de dividendos dos acionistas minoritários.

A Administração da Companhia propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2011 no valor de R\$ 2.718, a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser distribuído entre as ações na forma do seu estatuto, mantido no patrimônio líquido, em conta específica, denominada "dividendo adicional proposto".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Con	troladora	Con	<u>ısolidado</u>
2011	2010	2011	2010
37.869	(26.922)	41.148	(26.651)
3.315	6.782	3.362	6.874
34.842	24.336	43.542	26.514
(38.430)	(6.571)	(5.428)	(5.025)
(15.424)	(10.643)	(17.218)	(10.880)
22.172	(13.018)	65.406	(9.168)
			13.018
(6.652)		(6.652)	
15.520		58.754	3.850
34%		34%	34%
(5.277)		(19.976)	(1.309)
3.042		10.501	331
(562)		(1.191)	47
(2.797)		(10.666)	(931)
(2.262)		(2.262) 4 500	
(2.262)		2.328	660
	2011 37.869 3.315 34.842 (38.430) (15.424) 22.172 (6.652) 15.520 34% (5.277) 3.042 (562) (2.797)	37.869 (26.922) 3.315 6.782 34.842 24.336 (38.430) (6.571) (15.424) (10.643) 22.172 (13.018) (6.652) 15.520 34% (5.277) 3.042 (562) (2.797)	2011 2010 2011 37.869 (26.922) 41.148 3.315 6.782 3.362 34.842 24.336 43.542 (38.430) (6.571) (5.428) (15.424) (10.643) (17.218) 22.172 (13.018) 65.406 (6.652) (6.652) 58.754 34% 34% (5.277) (19.976) 3.042 (562) (1.191) (2.797) (10.666)

⁽i) Representa 34% da compensação de prejuízos fiscais em 2011.

⁽ii) A controlada gera lucros tributáveis recorrentes e registra 100% das bases de créditos tributários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Incentivos fiscais

Redução de imposto de renda sobre lucro da exploração:

Em 31 de dezembro de 2004, através do Laudo Constitutivo no. 0339/2004 da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, a Companhia adquiriu o direito de redução do imposto de renda sobre o lucro da exploração nas seguintes proporções:

- 25,0% de 10. de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2008
- 12,5% de 10. de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2013

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Controladora apurou lucro da exploração de R\$ 3.042.

A controlada goza através da Lei no. 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dos direitos de redução do imposto de renda incidente sobre o resultado das suas operações industriais, limitada à sua capacidade instalada, dos produtos zirconita, rutilo, ilmenita, cianita e areia bruta. De acordo com laudo constitutivo no. 0313/2003 e artigo 10. da Medida Provisória no. 2.199/2001, a controlada passou a ter o direito de redução de 75% do imposto a pagar, com início do prazo no ano calendário de 2003 e término em 2012. Da parcela correspondente ao imposto de renda referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, R\$ 7.459 (2010 – R\$ 1.027) são relativos ao direito de redução do imposto de renda sobre o lucro da exploração relativo aos produtos zirconita, ilmenita, cianita e areia bruta, incorporados à conta de reserva de incentivos fiscais.

A Companhia, através do Laudo Constitutivo no. 0062/2008 de 20 de maio de 2008, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, adquiriu o direito de redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano. O prazo do incentivo é de 10 anos até o ano calendário de 2017. A redução foi concedida levando em consideração a modernização da planta.

19 Partes relacionadas

A Companhia possui transações de compra/venda de produtos com empresas do grupo, essencialmente pigmento de dióxido de titânio e ilmenita.

(a) Saldos

			(Consolidado
		Outros ativos	Fornecedores	Passivo circulante
Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido) Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA) Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA)	(i) (i) (ii)	22 882		439 1.024 26.261
Circulante – 2011		904		27.724
Circulante – 2010		177	363	33.278

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações - Consolidado

		Compra de produtos	Compra de produtos
		2011	2010
Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido) Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA)	(i) (i)	258 439	363
		697	363

- (i) A Companhia efetua compra de produtos junto à Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido) e Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA), que fazem parte do mesmo grupo econômico, as quais são inerentes ao objeto social da Companhia, essencialmente pigmento de dióxido de titânio e ilmenita. Os preços são calculados com base no preço médio de produtos iguais ou similares praticado no mercado de destino.
- (ii) Financiamento com empresa do mesmo grupo econômico para viabilizar manutenção do fluxo de caixa das atividades operacionais. Não há prazo, juros ou encargos envolvidos na operação.

Além dos saldos acima apresentados, a Companhia possui contas a pagar com a Millennium Mineração no montante de R\$ 19.295 (R\$ 12.117 - 31 de dezembro de 2010) decorrentes de compras de ilmenita, saldo este eliminado para fins de consolidação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato de mútuo com a coligada no valor de R\$ 5.000 com vencimento para 4 de junho de 2012, sem incidência de juros ou encargos envolvidos na operação.

A Companhia adquire matéria prima (Ilmenita) de sua Controlada. Essas transações representam 12,6% das receitas da Controlada e 4,2% dos custos de produção da Controladora. A Controladora e a Controlada não transacionam essa matéria prima com terceiros. Os preços praticados nas transações são definidos anualmente com base nos preços praticados no mercado internacional. As transações não foram liquidadas em 2011.

No exercício de 2011, a Millennium Mineração, distribuiu dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 25.541 (2010 – R\$ 6.218 - Nota 9 (ii)).

(c) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente honorários e encargos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.047 (2010 – R\$ 1.510).

(d) Participação nos lucros e resultados

Em 2011, a Companhia distribuiu participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 3.659, registrados no resultado nas rúbricas de custo de produção (das vendas) no montante de R\$ 3.055 e de despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 604.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Con	troladora	Co	<u>nsolidado</u>
	2011	2010	2011	2010
Vendas Brutas				
Mercado Interno	348.462	293.938	425.036	342.241
Mercado Externo	19.043	3.003	37.398	9.530
Descontos, abatimentos e outras deduções	(4.593)	(2.183)	(4.695)	(2.183)
	362.912	294.758	457.739	349.588
Impostos incidentes sobre vendas	(61.296)	(56.714)	(76.326)	(66.407)
Receita líquida	301.616	238.044	381.413	283.181

21 Despesas por natureza

	Con	troladora	Cor	<u>nsolidado</u>
	2011	2010	2011	2010
Matérias-primas e materiais de consumo	138.086	117.277	146.531	124.651
Despesa com pessoal e encargos	63.253	56.189	75.244	64.537
Encargos de depreciação e amortização (Nota 10)	30.129	31.242	41.675	43.636
Despesas de transporte	6.121	6.463	16.246	13.462
Custos de publicidade	2.437	884	2.437	936
Contratação de Serviços de terceiros	14.456	15.348	16.354	17.346
Outras despesas	30.257	33.068	30.239	33.768
Custo total das vendas, custos de distribuição e despesas administrativas	284.739	260.471	328.726	298.336

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Receitas e despesas financeiras

	Co	ntroladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Empréstimos com partes relacionadas	(3.967)		(3.967)	
Atualização financeira de débitos fiscais	(1.406)	(446)	(1.406)	(457)
Despesas com importações / exportações		(561)		(619)
Obrigações de arrendamento financeiro	(84)		(101)	(0)
Outros	(193)	(1.650)	(493)	(2.583)
Despesa financeira	(5.650)	(2.657)	(5.967)	(3.659)
Receita financeira				
Empréstimos com partes relacionadas		422		422
Receita financeira de aplicações financeiras	697	692	1.348	1.056
Receita de juros	22	118	31	133
Atualização de créditos fiscais	73	275	105	303
Receita financeira	792	1.507	1.484	1.914
Resultado financeiro, líquido	(4.858)	(1.150)	(4.483)	(1.745)

23 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade Quantidade média ponderada de ações emitidas	32.810	(26.922)
(milhares)	2.321	2.321
Lucro básico por ação	14,13	(11,60)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada possuem programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	segurada
Multi-riscos	299.749
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	103.306
Responsabilidade civil, administradores e diretores	50.000

Two wout a wai a

25 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de produto comercializado, que basicamente é segregado entre a produção de pigmentos de titânio e minérios utilizados como respectiva matéria-prima.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia pratica as vendas entre segmentos como se as vendas fossem efetuadas a terceiros, ou seja, pelos preços médios de mercado. Contudo cabe ressaltar que o único produto comercializado entre os segmentos é a ilmenita, minério de baixo valor agregado, cujas margens de lucro são significantemente inferiores às margens dos demais minérios comercializados pela controlada.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são as seguintes:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Lucro líquido do exercício

-				
_	Pigmento de titânio	Minérios	Eliminação entre segmentos	Total
				_
Receita terceiros	301.616	79.797		381.413
Receita intersegmentos		9.401	(9.401)	
Custo terceiros exceto depreciação	(234.556)	(20.202)		(254.758)
Custo com depreciação / amortização	(28.716)	(11.389)		(40.105)
Custo intersegmentos		(9.401)	9.401	
Despesas com vendas, gerais e administrativas exceto depreciação	(20.803)	(11.826)		(32.629)
Despesas com depreciação / amortização	(1.711)	(570)		(2.281)
Resultado financeiro	(4.858)	375		(4.483)
Outras receitas (despesas) líquidas	(6.106)	97		(6.009)
Resultado de participação em investimento	33.003		(33.003)	
Imposto de renda e contribuição social	(5.059)	(3.279)		(8.338)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	32.810	33.003	(33.003)	32.810
-			Eliminação	2010
- -	Pigmento de titânio	Minérios	Eliminação entre segmentos	2010 Total
-Receita terceiros		Minérios 45.137	entre	
Receita terceiros Receita intersegmentos	de titânio		entre	Total
	de titânio	45.137	entre segmentos	Total
Receita intersegmentos	de titânio 238.044	45.137 7.985	entre segmentos	Total 283.181
Receita intersegmentos Custo terceiros exceto depreciação	238.044 (207.186)	45.137 7.985 (22.013)	entre segmentos	Total 283.181 (229.199)
Receita intersegmentos Custo terceiros exceto depreciação Custo com depreciação / amortização	238.044 (207.186)	45.137 7.985 (22.013) (6.226)	entre segmentos (7.985)	Total 283.181 (229.199)
Receita intersegmentos Custo terceiros exceto depreciação Custo com depreciação / amortização Custo intersegmentos Despesas com vendas, gerais e administrativas exceto depreciação	238.044 (207.186) (29.950) (23.489)	45.137 7.985 (22.013) (6.226) (7.985)	entre segmentos (7.985)	283.181 (229.199) (36.176)
Receita intersegmentos Custo terceiros exceto depreciação Custo com depreciação / amortização Custo intersegmentos Despesas com vendas, gerais e administrativas exceto	238.044 (207.186) (29.950)	45.137 7.985 (22.013) (6.226) (7.985)	entre segmentos (7.985)	283.181 (229.199) (36.176)
Receita intersegmentos Custo terceiros exceto depreciação Custo com depreciação / amortização Custo intersegmentos Despesas com vendas, gerais e administrativas exceto depreciação Despesas com depreciação / amortização	238.044 (207.186) (29.950) (23.489) (1.356)	45.137 7.985 (22.013) (6.226) (7.985) (9.372) (254)	entre segmentos (7.985)	283.181 (229.199) (36.176) (32.861) (1.610)
Receita intersegmentos Custo terceiros exceto depreciação Custo com depreciação / amortização Custo intersegmentos Despesas com vendas, gerais e administrativas exceto depreciação Despesas com depreciação / amortização Resultado financeiro	238.044 (207.186) (29.950) (23.489) (1.356) (1.150)	45.137 7.985 (22.013) (6.226) (7.985) (9.372) (254) (595)	entre segmentos (7.985)	283.181 (229.199) (36.176) (32.861) (1.610) (1.745)
Receita intersegmentos Custo terceiros exceto depreciação Custo com depreciação / amortização Custo intersegmentos Despesas com vendas, gerais e administrativas exceto depreciação Despesas com depreciação / amortização Resultado financeiro Outras receitas (despesas) líquidas	238.044 (207.186) (29.950) (23.489) (1.356) (1.150) (8.385)	45.137 7.985 (22.013) (6.226) (7.985) (9.372) (254) (595)	(7.985) 7.985	283.181 (229.199) (36.176) (32.861) (1.610) (1.745)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita por cliente

(i) Pigmento de titânio

		2011	_	2010	•
	Grupo BASF	64.820	21%	50.680	16%
	Grupo CROMEX	46.103	15%	20.139	12%
	Grupo AKZO	26.519	9%	19.924	9%
	Grupo AMPACET	5.817	2%	12.782	6%
	Outros	158.357	53%	134.519	57%
		301.616		238.044	1
(ii)	Minérios				
		2011	_	2010	•
	Colorobbia NE	15.008	17%	8.597	20%
	Endeka	16.545	19%	9.391	20%
	Trebol	1.931	2%	7.931	20%
	Thann	219	0%	6.527	6%
	Outros	55.617	62%	20.694	34%
		89.320	_	53.140	Ī
(c)	Receita por produto				
(i)	Pigmento de titânio				
		2011	_	2010	_
	Pigmento de titânio	301.616		238.044	
(ii)	Minérios				
		2011	_	2010	Ī
	Ilmenita	29.992	28%	16.840	28%
	Zirconita	54.374	66%	32.709	67%
	Rutilo	3.565	4%	2.602	
	Cianita	820	1%		0,3%
	Areia Bruta	569	1%	648	0,2%
		89.320	_	53.140	

Para o segmento de minérios (exploração), não haverá investimentos significativos até o encerramento das suas atividade, previstas para 2018, que careça divulgação de fluxo de caixa descontado, exceto pelos gastos normais de manutenção da atividade, que são registrados no custo da operação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição dos saldos por segmento

	Pigmento	Pigmento de Titânio		Minério	
	2011	2010	2011	2010	
Ativo	488.642	449.618	183.761	153.322	
Passivo	110.168	99.880	54.010	31.033	
Patrimônio líquido	378.474	349.738	129.751	122.289	

* * *